

Camilo Castelo Branco, Graciliano Ramos e suas “*Memórias do Cárcere*”

Profa. Doutoranda Ana Vera Raposo de Medeiros¹ (UFMT/UFPR)

Resumo:

Examinamos aqui os textos homônimos de Camilo Castelo Branco e de Graciliano Ramos que, a seus distintos tempo e hora, respectivamente 1861 e 1946, escreveram as suas Memórias do Cárcere. Além do mote homonímico é interessante notar como os dois autores lidaram com questões complexas como, por exemplo, o caráter lacunar das memórias, os esforços de interpretação da memória que realizaram, a batalha travada entre o desejo de lembrar e a vontade de esquecer, enfim, as dificuldades do texto construído pelo resgate das lembranças de um passado, no mais das vezes, doloroso. Essas Memórias do Cárcere são uma forma de escrita autoral, que apresentam também o testemunho de um tempo e de um meio social, somando conhecimentos históricos e políticos ao relato pessoal.

Palavras-chave: autobiografia, cárcere, discurso, literatura, memórias.

A escrita das memórias sempre foi um tema caro à literatura. Quer porque o texto composto na situação muito própria da escrita autobiográfica sempre tenha exercido forte atração sobre o público, pelo teor confessional de seus escritos, quer porque o texto que trata das memórias sobre um passado ignorado ou não experimentado, ajuda a contar a história daquele passado e, nessa medida, ajuda na compreensão do momento presente.

A invocação do passado associa-se à constatação da transitoriedade do tempo, à verificação da caducidade das existências, à impossibilidade de resgatar o que já passou e à necessidade de estabelecer uma conexão com um momento importante e constituinte do sujeito.

O texto memorialístico recobre-se também de um valor heurístico quando, atuando como a História, fixa um evento comprovável, em busca de que ele resista à ação devastadora do tempo e do esquecimento, redimensionando a referência histórica por meio da ficcionalização e atestando o que Jeanne-Marie Gagnebin identifica como uma espécie de duplicidade estrutural do texto memorialista capaz de produzir “um discurso fronteiro, ambíguo, no qual a segurança da verificação histórica e a arbitrariedade da imaginação literária se relativizam e se constituem mutuamente.” (GAGNEBIN, 1997, p.70).

A matéria confessional remete, no tempo, à antigüidade do desejo humano de registrar sua vivência, o que pode ser associado ao próprio surgimento do homem e à percepção de sua natural vocação para contar histórias, para narrar. Entretanto, o registro da transposição desse conteúdo confessional para o texto escrito tem suas origens, ao que consta, ligadas às *Confissões* de Santo Agostinho – que datam de 395 a 400 d.C. – a partir do que, estendem-se aos nossos dias com fôlego e disposição para seguir adiante.

O desejo que um dia impulsionou os primeiros registros confessionais ou intimistas parece ser o mesmo que, hoje, move os leitores na busca por autobiografias, memórias, diários e outros textos em que predomina o tom confessional. Prova disso são, na atualidade, as listas publicadas por revistas semanais e/ou aquelas expostas nas livrarias, que indicam numa espécie de *ranking*, a maior vendagem de livros pertencentes à categoria confessional entre a divisão “ficção” e “não ficção”.

A literatura memorialística, ou seja, aquela constituída sobre a recordação do passado não é privilégio da modernidade – considerando-se moderna a estética instaurada desde o romantismo – embora se perceba, nesse período, um registro de ocorrências superior ao de outras épocas o que já se observou como sendo um elemento característico e tradutor da inadaptação dos artistas românticos e modernos às suas épocas, o que acaba por constituir-se em uma forma simbólica de resistência ao processo de desencantamento com o mundo sofrido por eles. Nas palavras de Camilo Castelo Branco, “Eu sou do passado: ficou-me lá o espírito; amo o tempo que foi: vivi então mil séculos num instante – amarguei-os, mas que importa?” (BRANCO, C.C., In *O Nacional*, 1948).

As narrativas de memórias costumam ser localizadas no meio-termo entre a autobiografia e a crônica, variando esta distinção em razão do peso atribuído ao **eu** no conjunto do narrado. Constituem uma forma de escrita autoral que, por ação de um efeito especular, dão-nos também o testemunho de um tempo e de um meio, somando conhecimentos históricos a relatos pessoais.

As obras literárias que trazem essas memórias têm, fortemente marcado, um fundo histórico-cultural, embora estejam sujeitas à filtragem pessoal de quem as produziu. Não há como desvincular a(s) lembrança(s) de todo um contexto que a(s) engendrou.

Entre os títulos memorialísticos chamam a atenção as *Memórias do Cárcere*, exatamente pela adição do elemento que contém o peso da circunstância da prisão, do encarceramento e os corolários dessa situação. Não se trata, neste caso, da simples (se há simplicidade nisto) rememoração de uma época, freqüentemente conectada à infância, mas da caracterização de uma outra fase e de uma vivência muito distinta do comum quando se pensa em memórias.

As memórias do cárcere relatam a dura, às vezes, brutal experiência do isolamento de um indivíduo que, de uma hora para outra, é afastado do seu meio social, do convívio familiar, é arrancado de seu ofício, um sujeito que tem, enfim, sua vida virada do avesso. Não bastassem todas essas alterações, o prisioneiro, no cárcere, é obrigado à convivência com pessoas de diferentes procedências e proceder, fica entregue e sujeito a um novo e desconhecido código social, o que rege a vida nesses confinamentos, fixando rígidas – até desumanas – normas de comportamento. A falta de contato com familiares e conhecidos, a ausência de notícias do mundo exterior à cadeia, a inserção (forçada) nessa nova conjuntura, acaba por agravar um quadro de desolação que quem não experimentou só pode imaginar.

Desde as causas – sabidas ou presumidas – que levaram um sujeito à prisão, até as informações sobre os acontecimentos vindos do interior e do exterior da cadeia (aqui, tanto quanto possível), a leitura das memórias do cárcere, traz informações sobre dados históricos, políticos, sociais, morais, entre outros capazes de descortinar um painel da época descrita iluminando aspectos para além das experiências traumáticas vividas pelos narradores. Como toda escritura, é claro que estes aspectos vêm contaminados pela interpretação dos fatos que, no momento da escrita, ou da rememoração do ocorrido, acomete o autor, mas ainda assim são textos potencialmente conversíveis em importantes documentos de época.

No trato com as *Memórias do Cárcere* mais especificamente, nota-se o estabelecimento de uma questão homonímica entre as *Memórias do Cárcere* compostas pelo autor português Camilo Castelo Branco, em 1861 e aquelas escritas pelo alagoano Graciliano Ramos, publicadas postumamente em 1953, muito embora Graciliano Ramos não faça qualquer referência ao texto de Camilo que lhe é anterior e, portanto, precursor no que tange ao título. De fato, a homonímia limita-se, neste caso, ao título das obras, posto que as memórias ali tratadas só encontrem remotamente alguns pontos de contato, do que trataremos adiante; antes disso vejamos uma outra questão.

Sendo a escrita um mister que provoca, com freqüência, questões com a polícia, não haveria no Brasil, outro autor que, tendo passado pela experiência do cárcere, não tivesse também registrado suas memórias da prisão?

Esta questão foi assim formulada por Brito Broca em seu *Horas de Leitura* (1992) e resolvida com a localização de outras “memórias do cárcere”, desta feita sob o nome *De Paris a Fernando de Noronha*, com o subtítulo de *Jornal de um degredado*, escrito por Barão de Sant’Ana Nery e publicado em Portugal, em 1898. Este seria, segundo Broca, o único outro livro que, mesmo não tendo as qualidades literárias da obra de Graciliano Ramos, também narraria memórias do cárcere no Brasil.

Broca reconhece traços de “graça e desenvoltura” nesta obra, mas faz questão de pontuar que Barão de Sant’Ana Nery é mais jornalista do que escritor e, nas considerações que faz sobre este *Jornal de um degredado* – numa comparação com as *Memórias do Cárcere* do velho Graça – comenta alguns dos aspectos tratados naquela obra, como a atuação do jornalista, a descrição de seu aprisionamento, as sucessivas transferências dos presos, a situação do convívio com prisioneiros autores de crimes comuns, etc., de modo a notar-se que a aproximação entre as obras deu-se pela matéria de que tratam mais do que por qualquer outro elemento de conexão.

À guisa de conclusão, Brito Broca formula que, entre Sant’Ana Nery e Graciliano Ramos nota-se:

Toda a distância que vai de um jornalista político, imbuído de ódio partidário, imprecando furiosamente contra os desmandos do poder, para a contenção heróica de um grande artista, revertendo a dor em experiência fecunda e força criadora.
(BROCA, 1992, p.185)

Voltando à questão homonímica, vê-se que esta firma-se mesmo entre as obras de Camilo e Graciliano já que, será possível encontrarmos vários livros que tratem da experiência e mesmo das memórias da prisão, mas apenas as camiliana e graciliana *Memórias do Cárcere*.

Camilo Castelo Branco (1825-1890) escreveu suas *Memórias do Cárcere* após a permanência de um ano e dezesseis dias na Cadeia da Relação, no Porto, em 1861, para onde foi mandado pronunciado por crime de adultério, face ao seu relacionamento com Ana Plácido, igualmente presa como adúltera. Esta informação é, por si, reveladora de um padrão moral daqueles tempos e aponta para os limites entre o texto de memórias e a crônica.

Nestas *Memórias*, Camilo narra, fundamentalmente, o período vivido na prisão, os dramas de seus companheiros de cadeia – que preenchem a maior parte dessas memórias, as peripécias pelas quais passou ele próprio antes da entrada na prisão, seu relacionamento com Ana Plácido, fala de sua frenética atividade durante aquele tempo (384 dias) e, bem ao seu estilo, faz um levantamento da sua produção intelectual iniciada a partir do terceiro mês na prisão, quando sentindo-se revigorado dos tempos em que conhecera a “esterilidade, paralisia e cegueira intelectual” (4 meses antes de ser preso) e, na cadeia, desfrutando de relativo “sossego”, passou a ler e escrever febrilmente. No levantamento dessa produção (apenas a parte listada no capítulo 30 dessas *Memórias*) chega-se à marca de 2 livros traduzidos, 1 epitáfio, mais de 3 artigos para jornais e revistas, 6 ou 7 dos 12 contos que integram a obra *Doze casamentos felizes* (1861), além de fazer várias revisões e escrever um de seus romances mais famosos *Amor de Perdição* (1862) – tudo isso em pouco mais de um ano e não por mera distração, mas com vistas ao sustento de sua família.

O alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) ocupa, com justiça, o lugar de um dos maiores ficcionistas da literatura brasileira e, sua produção memorialística e/ou autobiográfica, também alcançou merecido reconhecimento. Sua prisão, entre março de 1936 e janeiro de 1937, se estendeu por dez meses e dez dias, foi um desses episódios tristes, inexplicados e corriqueiros no limiar do Estado Novo. Eis aí uma importante informação sobre a época dos fatos.

As suas *Memórias do Cárcere* foram publicadas, postumamente, em 1953, embora o início da redação dessa obra date de 1946/7, dez anos após o período vivido na cadeia. Sua prisão, em Macaíó/AL, se deu sem formalização de processo, o que não impediu sua deportação, em péssimas condições, num infecto porão de navio, para o Rio de Janeiro (Colônia Correcional da Ilha Grande) onde permaneceu encarcerado. Durante seu tempo no cárcere e movido, como Camilo, pela neces-

cidade de prover sua família, Graciliano continuou compondo e publicando, datando desta época um de seus romances mais aplaudidos, *Angústia* (1936); na verdade, poucos dias antes de entrar na prisão, Graciliano havia entregado os originais de *Angústia* para a sua datilógrafa, D^a Jeni, mas durante os dias na cadeia ele ainda realiza correções no texto que mais adiante incorporaria ao texto. Eis aí outra aproximação entre os dois autores encarcerados; a cadeia parece ter-lhes facultado a possibilidade de “escrever em paz”, ou como diz Graciliano:

Naquele momento a idéia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. (...) A cadeia era o único lugar que me proporcionaria o mínimo de tranqüilidade necessária para corrigir o livro. **[falando de Angústia]** O meu protagonista se enleara nesta obsessão; escrever um romance além das grades úmidas e pretas. Convenci-me de que isto seria fácil: enquanto os homens de roupa zebreada compusessem botões de punho e caixinhas de tartaruga, eu ficaria largas horas em silêncio, a consultar dicionários, riscando linhas, metendo entrelinhas nos papéis datilografados por D. Jeni. Deixar-me-iam ficar até concluir a tarefa? (RAMOS, 1976, p.35)

Durante o período de sua detenção, Graciliano passou por diversas delegacias, foi mandado para a Colônia Correcional e, por último, foi instalado na Casa de Correção. Todas essas mudanças foram feitas sem nenhuma justificativa e a todas elas Graciliano acatou, tendo o cuidado de preservar junto a si as anotações que, desde o princípio, fora fazendo com o intuito de descrever a experiência da prisão. Anotações preciosas que, por força das circunstâncias, foi obrigado a abandonar, antes que pudessem servir ao seu fim primeiro – fornecer material detalhado para a composição de uma história sobre os tempos na cadeia – obrigando, assim, o autor a valer-se das suas memórias para a realização desse relato, o que vem explicitado no título do livro e o que, de certa forma, liberou o escritor de um compromisso mais histórico como ele próprio diz:

Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente. (...) Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água. Certamente me irão fazer falta, mas terá sido uma perda irreparável? Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, (...) Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. (RAMOS, 1976, p.36)

Neste trecho, parece que Graciliano propõe uma espécie de teorização sobre a escrita memorialística que sugere a instauração de uma distância entre a figura do autor-testemunha e o autor-narrador que (re)elabora, a seu bel-prazer, a matéria rememorada. Graciliano não está legitimando o uso absoluto da imaginação, mas indicando uma maneira menos opressiva de tratar o curso da memória, numa desconexão com os rigorosos padrões realistas em que, aliás, ele é geralmente enquadrado.

Graciliano já era, à época de sua prisão, um nome consagrado tanto como literato, quanto como intelectual no cenário brasileiro. Sua prisão causou, assim, grande comoção nos meios literário, social e político. A sua libertação se deu, em boa parte, graças à pressão política exercida por um grupo de intelectuais liderados por José Lins do Rego e instigados por Heloísa Medeiros Ramos, esposa de Graciliano, assim como por causa do prêmio Lima Barreto que recebeu da *Revista Acadêmica*, em 1936, que lhe dedicou uma edição especial com treze artigos, numa demonstração do enorme apreço de que gozava o autor alagoano.

Nas páginas iniciais das duas *Memórias do Cárcere* aqui tratadas, encontramos comentários feitos pelos autores que buscam explicar as razões que os moveram à escrita dessas memórias, bem como o apontamento dos entraves que se lhes apresentaram para a sua composição, ou ainda sobre os procedimentos adotados nesta empreitada.

Camilo, que escreveu suas *Memórias* no prazo de quarenta dias entre os passados na cadeia, abre seu livro, na edição aqui utilizada, com um ‘Prefácio da Segunda Edição’ – note-se que a edição aqui utilizada é muito antiga, razão pela qual, nas citações, tomamos a liberdade de atualizar, sem prejuízo do texto, o registro da língua.

Neste prefácio, o autor comenta algumas etapas do processo da escritura elegendo temas como o do tempo gasto na elaboração da obra, a placidez (fingida) que demonstrou enquanto esteve preso, as frustradas expectativas do público que, morbidamente, quisesse ser informado sobre as torpezas vividas na cadeia, a crítica da imprensa, etc., como se vê:

As *Memórias do Cárcere* foram escritas na convalescença de uma grande enfermidade moral. Conheci quanto pode o homem sobre si próprio, em quarenta dias de laboriosa provação, que tantos empreguei em ordenar estes quadros, (...). Consistiu a minha luta em fingir uma estoica serenidade que, tão ao revés da minha índole, vinguei e dissimulei. Assim mesmo havia relances no livro em que o propósito não lograra sopesar o espírito. Esses relances desagradam-me agora, e hei de cancelá-los espontaneamente. Ainda bem que me incomoda muito pouco o arrependimento. (...) Saiu o livro mentindo às esperanças de muita gente que o esperava à feição de sua vontade para ter o prazer de me condenar. O resultado foi condenarem-me, porque raras vezes estas páginas se enlamearam no assunto lastimável que as sugeriu. (...) A imprensa periódica foi benigna com este livro. Nenhuma crítica, ao menos das que eu li, me infamou de escandaloso o escrito. Grande número de censores notaram e louvaram a inofensiva contextura destas historietas, que, em geral, miravam a fazerem-se ler alegremente. (BRANCO, C.C. 1927, pp.5-7)

Algumas das historietas, de fato, encerram um teor muito mais humorístico do que dramático, embora não seja essa a tônica da obra. Mas nem porque Camilo desejasse alcançar o efeito da leitura alegre ou descompromissada, ele se desfez do cuidado quase graciliânico com o texto, ressaltando que os relances que o desagradavam seriam extirpados, assim como que pouco lhe incomodava qualquer arrependimento no ou pelo registro daquelas memórias.

Ao final do segundo capítulo e depois de descrever suas instalações na Cadeia da Relação, Camilo expõe seu desejo de não falar muito sobre si mesmo nestas *Memórias*, considerando:

Já dei a enfadosa descrição da minha moradia no cárcere. Cuidaria o meu leitor que eu desenrolava aqui os canhenhos lá escritos sob a pressão excruciante das abóbadas, e com as garras da morte cravejadas no peito. Não, senhor, lá vi de perto a morte e sentei-me muitas vezes no leito para a receber com boa sombra e compostura(...). As angústias, que lá não senti, é contra a minha índole imaginá-las cá de fora. Se más horas me quebraram o ânimo, alucinando-me ao ponto de chamar em meu favor o patrocínio de presumidos amigos, essas mesmas horas agradeço à divina providência, que me mostrou o mundo sem máscara. Devo até julgá-las as mais proíficas de minha vida; e sem desejá-las mesmo aos meus inimigos, digo que todo homem enredado na trama de uma larga convivência com os seus semelhantes devia experimentá-las, (...). Poucas mais vezes falarei de mim, e nenhuma com referência a inimigos, cuja ferocidade estúpida nem então temi. Há uma coisa mais aviltadora que o desprezo: é o esquecimento. Antes de esquecê-los, pasmei de sua ignomínia, fiquei nisto, e já agora espero que as moscas me vinguem, quando a podridão lhe esvurmar nos couros. (BRANCO, 1927, pp. 72-73)

Vemos aí instaurada uma das batalhas que Camilo trava com o que se passou na cadeia. Na tentativa de apagar o passado e os rastros dessa experiência traumática, ele prefere esquecer ou, solenemente, transmutar a dor do experimentado em uma vivência que resultou positiva – ‘viu o mundo sem máscara’, ‘viveu as horas mais prolíficas de sua vida’, etc. Deseja lembrar-se e, efetivamente, lembra-se das historietas de seus companheiros presos, mas nega-se a falar de si. Antes de desprezar seu passado na cadeia, escolhe para aviltá-lo, como propôs em relação aos inimigos, esquecer-se dele.

Graciliano, por sua vez, no primeiro capítulo de suas *Memórias do Cárcere*, faz referências sobre as objeções que se impôs para realizar essa obra, as razões por que se decidiu a contá-las uma vez que, por não estar habituado àquele tipo de composição (não ficcional), sentia-se desconfortável em falar de pessoas que, como ele, tinham existência real:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque silencie e porque me decido. Não conservo notas; algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. (...) Também me afligiu a idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance (...) O receio de cometer indiscrições exibindo em público pessoas que tiveram comigo convivência forçada já não me apoquentava. (...) Ser-me-ia desagradável ofender alguém com esta exumação. Não ofenderei suponho. E, refletindo, digo a mim mesmo que, se isso acontecer, não experimentarei o desgosto. Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão – e provavelmente isto será publicação póstuma como convém a um livro de memórias. (RAMOS, G., 1976, pp.33-35)

As ponderações feitas por Graciliano nesta passagem, aproximam-se daquelas vistas em Camilo Castelo Branco pouco acima. O melindre em lidar com as circunstâncias factuais - técnica a que o alagoano estava pouco habituado, um certo pudor em nomear as pessoas com seus nomes reais (Graciliano chega ao limite de substituir seu próprio nome por “fulano”) e a constatação de que se houver reprovações ele não as experimentará, aparecem como informações preliminares nas duas *Memórias do Cárcere*. As páginas iniciais dessas obras servem para anunciar os ‘pactos de leitura’ que seus autores propõem e seus leitores, de imediato, compactuam.

Para presentificar a memória valemo-nos da linguagem que age, assim, como instrumento socializador da memória. Por meio da linguagem atuando como mediadora entre o material lembrado e a sua exposição, é que se pode aproximar no mesmo espaço e tempo, a lembrança do passado e o imediatismo do presente da escrita.

Quando falamos em ‘presentificar o passado’, cumpre assinalar que não se trata da tentativa vã de recuperar fielmente o passado, mas da formulação de representações sobre ele. Essas representações são, por sua vez, elaboradas sobre os processos de interpretação do memorialista que estiveram sujeitas ao seu ‘modo de ver’ na época dos acontecimentos que são lembrados, como estarão sujeitas a um ‘novo olhar’, também interpretativo, no momento (presente) da composição das suas memórias.

Não sendo a memória um processo absolutamente inequívoco, imune a quaisquer interferências, mas agindo seletiva e fragmentariamente, há que se reconhecer que na sua ocorrência ela retém o que houve, ou o que pareceu mais significativo sobre um fato. Fala-se na existência de uma ‘memória seletiva’ – aquela a que só acorreria o que o memorialista **deseje** lembrar. Da mesma forma, ou seja, seletivamente, a memória descartaria aquilo que ele **deseje** esquecer.

Na verdade há mecanismos mais complexos envolvidos nos processos de rememoração. Não sendo a memória infinita, nem tampouco ilimitada a possibilidade de lembrarmos de tudo o que já

nos aconteceu, percebe-se que, no processo individual de formação de cada sujeito e ao longo das etapas de crescimento, desenvolvimento etc. de cada um, a fim de permitir a entrada de novas informações às vezes é necessário que ela rejeite, substitua ou “apague” algumas informações anteriores. No decorrer deste processo, alguns dados se perdem, algumas informações são registradas de modo falho, aparecem as lacunas, os ‘brancos’, as amnésias.

Por sua natureza fragmentária, a memória trabalha com recortes, com aspectos de uma lembrança, mais do que com a globalidade de uma situação rememorada. Se aos recortes que a memória opera somarmos o fato de que para que a ‘reatualização’ do passado efetive-se é preciso confrontar informações retidas na memória com referenciais do presente, fica evidenciada a possibilidade de a nossa memória ‘nos trair’, promovendo, não raro, uma alteração, ou até uma desfiguração do passado.

Mesmo textos que pretendam fixar as *memórias*, como os que são tratados aqui, não escapam das falhas da memória. Antes, patenteiam que pela distância temporal da ocorrência é possível que as coisas tenham se passado de outra maneira, conforme mostra Graciliano:

Vinha talvez daí a impossibilidade alarmante de fixar atenção na leitura. E a perda de memória também. As lembranças me apareciam juntas, confusas, sumiam-se de repente, deixando-me no interior dolorosos sulcos negros. Esses hiatos sucediam-se, afastavam-me da realidade, com certeza me davam ar esquisito e vago. (M.C. V. I, p.77)

Impossível fixar a atenção em qualquer ponto, a memória se embotava, observações imperfeitas se atabalhoavam desconexas, deixando largos espaços obscuros. (M.C. V. I, p.122)

As recorrentes hesitações, diante de algum fato rememorado, bem como a mudança de percepção das sensações da época em contraste com as sentidas do momento da escrita também são expostas:

Foi pouco mais ou menos o que ele disse - e isto dissipou negrumes, hoje me dá uma recordação amável daquele dia. (M.C. V. I, p.57)

Gastou mais algumas energias e afastou-se digno. Foi mais ou menos o que se deu, suponho. (M.C. V. I, p.93)

Na falta ou na falha da memória instala-se a suposição, a virtualidade de que as coisas tenham se dado da forma como a memória deseja lembrar ou impõe esquecer. E quando a memória não puder mais lembrar nem esquecer, sempre restará o recurso à ficção, à imaginação.

Referências Bibliográficas

- [1] BERGSON, H. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- [2] BRANCO, C. C. *Memórias do Cárcere*. 7ª ed. V. I e II. Lisboa: Livraria Editora, 1927.
- [3] BROCA, B. *Horas de leitura: 1ª e 2ª séries*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- [4] CABRAL, A. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Editora Caminho, 1989.
- [5] CANDIDO, A. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. São Paulo: Ed.34, 1999.
- [6] GAGNEBIN, J. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.
- [7] _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- [8] RAMOS, G. *Memórias do Cárcere*. 9ª ed. V. I e II, Rio, São Paulo: Record, Martins, 1976.

- [9] REMÉDIOS, M. L. R. (org) *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- [10] SALGADO, B. *Camilo em datas, factos e comentários*. Edição da Fundação Cupertino de Miranda, 1972.

Autora

¹ **Ana Vera Raposo de Medeiros, Profa. Doutoranda**

Professora Assistente junto à Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Doutoranda em Estudos Literários junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR)

anaveramedeiros@hotmail.com